



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7845

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/12/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 209/2011. Desafeta as áreas urbanas pertencentes ao Município de Montes Claros, com preservação de área verde, permuta categorias (de área institucional para área verde e vice-versa), e, autoriza doação à Fundação Genival Tourinho e dá outras providências. (Os terrenos desafetados tem áreas de 1.000,00 m² cada, localizados no loteamento Campos Elísios e bairro Ibituruna, sendo, o do bairro Ibituruna, doado à Fundação Genival Tourinho). (Referente à Lei nº 4.454, de 22/12/2011).

Controle Interno – Caixa: 12.5

Posição: 10

Número de folhas: 08

Espécie: PL
Categoria: Imóveis
Cx: 12.5
Ordem: 10
nº fls: 06



162/2011

20.12.2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 209/2011.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Desafeta Áreas Urbanas Pertencentes ao Município de Montes Claros,
com Preservação de Área Verde, Autoriza Doação e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em 15/12/2011

Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - GIÁ EM: 20.12.2011
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº. **209**
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011.

DESAFETA ÁREAS URBANAS PERTENCENTES
AO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, COM
PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE, AUTORIZA
DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

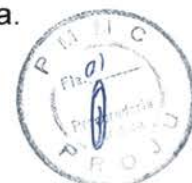
O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam desafetadas, mediante permuta de categorias, as seguintes áreas pertencentes ao Município de Montes Claros:

I – terreno com a área de 1.000,00 m² (hum mil metros quadrados), situado entre as ruas 39 e 37 e Av. B, no loteamento Campos Elisius, nesta cidade de Montes Claros, com os seguintes limites: partindo do cruzamento da Avenida B com a rua 37, segue no alinhamento da Av. B, na distância de 108,14m, até o o ponto inicial desta descrição; daí deflete à direita e segue limitando com área institucional do município, na distância de 50,00m; daí deflete à esquerda e segue na distância de 20,00m; daí, deflete à esquerda e segue, ainda com o mesmo limitante, na distância de 50,00m, até a Av. B; daí deflete à esquerda e segue pelo alinhamento da Av. B, na distância de 20,00m, até o ponto inicial desta descrição, ficando este terreno desafetado da categoria de área institucional e passando a integrar a categoria de área verde;

II - um terreno com a área de 1.000,00 m² (hum mil metros quadrados), situado na Avenida Norival Guilherme Vieira, Bairro Ibituruna, nesta cidade de Montes Claros – MG, com os seguintes limites: partindo do cruzamento da Av. Norival Guilherme Vieira (antiga avenida principal) com Av. Padre Janjão (antiga av. B), segue pelo alinhamento da av. Norival Guilherme Vieira, na distância de 25,00m, ponto inicial desta descrição; daí, deflete à direita e segue limitando com a área P1 na distância de 40,00m; daí, deflete à esquerda e segue na distância de 25,00m; daí, deflete novamente à esquerda e segue, ainda com o mesmo limitante, na distância de 40,00m, até a Av. Norival Guilherme Vieira; daí deflete à esquerda e segue no alinhamento da Av. Norival Guilherme Vieira, na distância de 25,00m, até o ponto inicial desta descrição, ficando este terreno desafetado da categoria de área verde, passando à categoria de bens dominicais do Município, sendo a área verde ora desafetada substituída pelo imóvel descrito no inc. I deste artigo.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação do imóvel descrito no inc. II do art. 1º desta lei à FUNDAÇÃO GENIVAL TOURINHO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 05849548/0001-24, sediada em Montes Claros – MG, detentora de títulos de utilidade pública municipal e estadual, destinando-se dito imóvel à edificação de prédio, com suas instalações, dependências e acessórios, voltados exclusivamente ao cumprimento das finalidades da instituição donatária.



As Comissões
13/12/2011
[Signature]



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Art. 3º – As edificações a serem feitas no imóvel, pela donatária, deverão ser iniciadas no prazo de 08 (oito) meses e, em até 03 (três) anos deverão ser concluídas ou estar o imóvel em efetiva utilização para as finalidades da donatária, contados ambos os prazos da imissão de posse ou da outorga da escritura, o que ocorrer primeiro.

§ 1º – O Município poderá estabelecer, através de convênios e/ou atos e termos adequados, outros requisitos e condições para efetivação e manutenção da doação autorizada por esta lei, bem como desde logo imitar a donatária na posse do imóvel.

§ 2º – O não cumprimento do disposto no *caput* do art. 3º desta lei, bem como de outros requisitos e condições que vierem a ser estabelecidos pelo Município, ou ainda a utilização do imóvel para finalidade diversa do previsto, salvo ampliação e/ou modificação expressamente autorizadas pelo doador, implicará em automática reversão do imóvel ao patrimônio do Município, independente de qualquer indenização ou reembolso de dispêndios feitos pela donatária, inclusive por benfeitorias eventualmente realizadas, as quais se incorporarão ao imóvel e, em caso de reversão, passarão ao domínio do Município.

§ 3º – O Município poderá, a seu critério e por motivo justificado, alterar os prazos estabelecidos no *caput* do art. 3º desta lei.

Art. 4º – As providências para lavratura e registro de escritura pública de doação e outras medidas pertinentes ficarão exclusivamente a cargo da donatária.

Parágrafo único - Todas as despesas com a regularização da doação autorizada por esta lei, inclusive emolumentos, certidões e registros serão de exclusiva responsabilidade da donatária.

Art. 5º - Fica ainda o Município de Montes Claros autorizado a adotar as providências necessárias à regularização da propriedade do imóvel, para que possa ser efetivada a sua transferência.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros (MG), 12 de dezembro de 2011.


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2011
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 12 de dezembro de 2011.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2011

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que ***“DESAFETA ÁREAS URBANAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, COM PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE, AUTORIZA DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

O anexo projeto de lei visa, de um lado, promover alteração na categoria de imóveis do Município, sem prejuízo da área verde existente, que fica substituída por outra área, hoje institucional e que melhor se adequa como área verde e, em seguida, a antiga área verde, que não mais preenche tal condição, passa à categoria de bens dominicais, e, de outro lado, possibilitar doação de imóvel do Município à entidade sem fins lucrativos Fundação Genival Tourinho, que tem por finalidade atividades de interesse público, de modo que a mesma, ali construindo sua sede própria, poderá melhor atender tais finalidades.

Em face da urgência na viabilização da medida proposta, solicitamos que o projeto de lei em questão seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 209/2011 QUE “Desafeta Áreas Urbanas Pertencentes ao Município de Montes Claros, com Preservação de Área Verde, Autoriza Doação e dá outras providências” de autoria do Executivo Municipal

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a compete ao Executivo a administração dos bens municipais, bem como, a sua doação.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto, sendo certo que no referido projeto existe cláusula de reversão.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de dezembro de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 209/2011

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Desafeta Áreas Urbanas Pertencentes Ao Município de Montes Claros, com Preservação de Área Verde, Autoriza Doação e dá Outras Providências."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/12/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto trata de autorização para desafetar, permutar de categorias e doar um terreno do Município de Montes Claros, com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados) situado na Avenida Norival Guilherme Vieira, Bairro Ibituruna para FUNDAÇÃO GENIVAL TOURINHO.

Nos termos da Mensagem do Executivo, a Fundação Genival Tourinho é entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade atividades de interesse público, de modo que a mesma, ali construindo sua sede própria, poderá melhor atender tais finalidades.

De acordo com o parecer da Assessoria Legislativa não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa tendo em vista que compete ao Executivo a administração dos bens públicos, bem como, a sua doação, considerando o PL legal e constitucional.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acompanha o parecer da Assessoria Legislativa desta Casa, entendendo ser o referido projeto de lei legal e constitucional e atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2011.

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus : _____

Suplente: Ver. Rita Cristina de Souza Vieira: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 209/2011

AUTOR: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

MATÉRIA: Desafeta Áreas Urbanas Pertencentes Ao Município de Montes Claros, com Preservação de Área Verde, Autoriza Doação e dá Outras Providências.

VOTO EM SEPARADO

Com fundamento no art. 98 § 1º do Regimento Interno desta Casa, apresento o seguinte voto em separado:

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/12/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2011.

O Projeto de Lei nº 209/2011 trata de autorização para desafetar, permutar de categorias e doar um terreno do Município de Montes Claros, com área de 1.000,00 m2 (mil metros quadrados) situado na Avenida Norival Guilherme Vieira, Bairro Ibituruna para **Fundação Genival Tourinho**.

Embora seja iniciativa do Executivo Municipal a competência de encaminhar projetos dessa natureza para a Câmara Municipal, embora reconheça o mérito e a relevância do Projeto de Lei para a sociedade, entendo que é preciso atentar para a análise dos aspectos materiais e formais dos procedimentos do processo legislativo, pelas razões que passo a expor:

1ª – O PL não está acompanhado de memorial descritivo e do respectivo mapa da área a ser doada, bem como a avaliação prévia do imóvel.

2ª – Falta ainda no PL, o impacto financeiro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando quanto o Município está subtraindo do seu patrimônio.

3ª -- Verifica-se que a desafetação da área verde, a qual será doada, será substituída por outra área localizada no Chacreamento Campus Elísio, localizada à 17 Km de distância, possui características rurais, é imprópria para área verde e tem indícios de invasão, contrariando, desta forma, princípios da Lei Federal 6.766/79 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

4ª – Por fim, a redação da ementa fere a LC 95/01 ao deixar de constar o nome da entidade beneficiada com a doação, dificultando, desta forma, o acesso à lei por parte da população.

Diante do exposto, entendo que o PL nº 209/2011, é ilegal e inconstitucional e não atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2011.

Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação